

Direitos Humanos à Água e ao Saneamento e a Política de Saneamento Básico no Brasil

Human Rights to Water and Sanitation and Sanitation Policy in Brazil

Juliana de Senzi Zancul¹

Resumo: Em 2010, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu expressamente o acesso à água e ao saneamento como direitos humanos fundamentais, levando os Estados a definirem, obrigatoriamente, ações afirmativas, visando à garantia da realização desses direitos de forma progressiva. No Brasil, a elaboração dos atuais marcos regulatórios da Política Federal de Saneamento Básico foi contemporânea ao debate internacional que culminou no reconhecimento dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento. A partir de tais considerações, este trabalho tem como objetivo identificar em que medida os princípios e as diretrizes relativos aos referidos direitos estão incorporados na Política Federal de Saneamento Básico. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, realizado por meio da análise documental. Como resultados são apontados aspectos convergentes, complementares e divergentes nos documentos analisados, e nas considerações são abordados os desafios do Brasil no cumprimento dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento.

Palavras-chave: Saneamento Básico; Direitos Humanos; Políticas Públicas

Abstract: In 2010, the General Assembly of the United Nations (UN) expressly recognized access to water and sanitation as fundamental human rights, leading states to establish compulsory affirmative actions, in order to guarantee the progressive realization of these rights. In Brazil, the preparation of the current regulatory frameworks of the Federal Sanitation Policy took place at the same time as the international debate that culminated in the recognition of Human Rights to Water and Sanitation. From such considerations, this study aims to identify to what extent the principles and guidelines relating to these rights are embodied in the Federal Sanitation Policy. This is a qualitative study, carried out through document analysis. The results point to convergent, supplementary, and divergent aspects found in the analysis of documents. In the final remarks, the study addresses the challenges in attaining the Rights to Water and Sanitation as Human Rights in Brazil.

Keywords: Sanitation; Human Rights; Public Policy

Resumen: En 2010, la Asamblea General de las Naciones Unidas (ONU) reconoció expresamente el acceso al agua y al saneamiento como derechos humanos básicos, lo que lleva a los Estados a definir, necesariamente, acciones afirmativas, con el fin de garantizar la realización de esos derechos progresivamente. En Brasil, el desarrollo de los marcos regulatorios actuales de la Política Federal de Saneamiento fue contemporánea al debate internacional, que culminó con el reconocimiento de los derechos humanos al agua y al saneamiento. A partir de estas consideraciones, el presente trabajo tiene como

¹ Arquiteta e Urbanista, mestre em Arquitetura e Urbanismo. Analista de Infraestrutura na área de Saneamento Básico, Fundação Nacional de Saúde – Funasa. Ministério da Saúde. Brasília, DF - Brasil. E-mail: julianazancul@gmail.com

objetivo identificar el grado en que los principios y directrices relativas a estos derechos están consagrados en la Política Federal de Saneamiento. Se trata de un estudio cualitativo, realizado através del análisis de documentos. Como resultados se señalan aspectos convergentes, complementarios y divergentes en los documentos analizados, y en las consideraciones se discuten los desafíos de Brasil en el cumplimiento de los derechos humanos al agua y al saneamiento.

Palabras-llave: Saneamiento; Derechos Humanos; Políticas Públicas

Introdução

Proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) representa um marco documental na história dos direitos humanos. No entanto, nem todos os direitos atualmente reconhecidos constaram de forma explícita em seu texto, tais como os direitos à água e ao saneamento.

Todavía, tanto a DUDH quanto o posterior Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), adotado em 1966 pela Assembleia Geral da ONU, ratificaram o direito humano a um padrão de vida adequado, o que inclui acesso à alimentação, vestuário, habitação e, implicitamente, à água (ALBUQUERQUE, 2014).

De acordo com Gleick (1999), a partir de 1970, diante da crescente exclusão hídrica mundial, os debates internacionais passaram a incorporar temáticas relacionadas a ambiente, preservação dos recursos hídricos e qualidade de vida², fortalecendo a conscientização do acesso à água como direito fundamental e como condição para a realização de outros direitos fundamentais preestabelecidos, especialmente o direito à saúde.

Na medida em que a crise da água e do saneamento tornou-se mais acentuada nas últimas décadas do século XX, trazendo consequências negativas à saúde e à economia, a comunidade de desenvolvimento e dos direitos humanos se conscientizou da importância crescente da água e do saneamento. Vários tratados internacionais de direitos humanos recentes referem-se explicitamente a importância da água e saneamento (separadamente ou em conjunto) na realização dos direitos humanos, incluindo a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a

² A título de exemplo: Conferência de Mar del Plata (1977), Conferência Internacional sobre a Água e Meio Ambiente na cidade de Dublin/Irlanda (1992), Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro- ECO-92 (1992), Fóruns Mundiais da Água (1997, 2000, 2003, 2006).

Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC), e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) (ALBUQUERQUE, 2014).

Em 2002, o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CESCR) das Nações Unidas aprovou o Comentário Geral nº 15, referente aos artigos 11 e 12 do PIDESC. Sob o título „Direito à Água“, o Comentário esclarece que este direito deriva de várias disposições existentes e está implicitamente incluído no direito humano a um padrão adequado de vida e no direito à saúde (CESCR, 2002).

Em 28 julho de 2010, a Assembleia Geral da ONU reconheceu o acesso à água e ao saneamento como direitos humanos fundamentais (com voto favorável do Brasil), reafirmados pelo Conselho de Direitos Humanos, em setembro de 2010. Em 2013, ambos reconheceram consensualmente os Direitos Humanos à Água e ao Saneamento (DHAS).

Com o reconhecimento formal, as obrigações vinculadas devem ser traduzidas em ações afirmativas pelos Estados, que necessitam criar um ambiente propício para sua realização (CESCR, 2002). Por conseguinte, a população passa a ter a possibilidade de exigir a atuação de seus governos, sendo certo que o não atendimento desses direitos pode gerar uma punição, inclusive internacional (ALBUQUERQUE, 2014).

A partir do contexto apresentado, algumas questões podem ser levantadas: Como tais direitos se traduzem em realidade? Como seus princípios e diretrizes podem ser colocados em prática pelos Estados? Quais as responsabilidades e obrigações dos Estados na elaboração e execução das suas políticas públicas de saneamento?

Na visão de Villar e Ribeiro (2012),

[...] a existência de um direito à água atribui aos Estados o dever de tomar ações progressivas no sentido de atingir as obrigações básicas, porém estas encerram uma complexidade relevante e não se alcançam em curto prazo. Pelo contrário exigem investimentos e políticas públicas coordenadas. A previsão expressa de um direito humano à água funcionaria como um instrumento de pressão, incentivando os Estados a melhorar as suas instituições de gerenciamento e a infraestrutura relacionadas aos recursos hídricos com o objetivo de atender as necessidades mínimas da população no que tange ao abastecimento público e ao saneamento.

No Brasil, a Política Federal de Saneamento Básico foi instituída a partir da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, e está detalhada no Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), aprovado por meio da Portaria Interministerial nº 571, de 06 de dezembro de 2013.

Ambos os documentos nacionais foram objeto de amplos debates e receberam contribuições do governo, de atores relacionados ao setor saneamento e da sociedade

civil. Destaca-se que a elaboração destes marcos regulatórios foi contemporânea ao debate internacional que culminou no reconhecimento da água e do saneamento como direitos humanos.

A partir das considerações apresentadas, este trabalho tem como objetivo verificar em que medida os princípios e as diretrizes relativos aos DHAS estão incorporados na Política Federal de Saneamento Básico no Brasil, buscando destacar aspectos convergentes, complementares e divergentes, bem como discutir desafios do país para o cumprimento desses direitos.

Metodologia

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, realizado por meio da análise documental, a partir das orientações de Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009). Foram analisados documentos-base referentes:

1) aos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento (Comentário Geral nº 15/CESCR, de 2002; Resoluções A/RES/64/292 e A/HRC/RES/15/9, de 2010 e Manual „A realização dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento“, publicado pela ONU em 2014); e

2) às Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e para a Política Federal de Saneamento Básico (Lei nº 11.445 de 2007) e o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB).

Inicialmente, apresenta-se uma contextualização geral na qual os documentos analisados foram produzidos, tanto nos aspectos históricos, políticos como na identificação de seus autores.

Tomando-se como referência as orientações da ONU, foram relacionadas vinte categorias conceituais homogêneas em um quadro que possibilitou a organização dos princípios e das diretrizes apresentados nos documentos analisados.

Posteriormente, foi realizada uma análise comparativa dos principais conceitos dos documentos da ONU e da Política Federal de Saneamento Básico, apontando seus aspectos convergentes, complementares e eventuais divergências apresentadas.

Os resultados permitiram a análise sobre em que medida as orientações da ONU no âmbito dos DHAS estão incorporadas nos marcos regulatórios da Política Federal de Saneamento Básico, e foram discutidos com base em autores usados como referência neste trabalho.

Princípios e Diretrizes dos DHAS e suas Implicações nas Políticas Públicas de Saneamento

Segundo as definições da ONU, o Direito Humano à Água garante acesso à água para o uso pessoal e doméstico em quantidade suficiente, de forma segura, aceitável fisicamente e financeiramente acessíveis. Enquanto que o Direito Humano ao Saneamento garante a todos, o acesso aos serviços de saneamento que proporcionem privacidade e dignidade, e que sejam fisicamente e financeiramente acessíveis, seguros, higiênicos, protegidos e socialmente e culturalmente aceitáveis³ (ALBUQUERQUE, 2014).

A primeira Relatora Especial sobre os DHAS, Catarina de Albuquerque, cujo mandato iniciou-se em 2008 e encerrou-se em 2014⁴, realizou diversas consultas técnicas, missões em quinze países, dentre os quais o Brasil⁵, preparou relatórios temáticos e defendeu a concretização desses direitos humanos (ALBUQUERQUE, 2014). Como resultado desse trabalho, desenvolveu e publicou o Manual “A Realização dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento”, com o objetivo de orientar os países sobre a implementação dos DHAS.

O manual destina-se, preponderantemente, aos agentes dos Estados e de outras entidades que possuem a obrigação de cumprir os DHAS. Busca fornecer recomendações sobre como incorporá-los aos marcos institucional, regulatório e legal, bem como em processos de financiamento, prestação de serviços e mecanismos de responsabilização, a fim de integrar plenamente os DHAS (ALBUQUERQUE, 2014).

Conforme as orientações da ONU, por meio de suas Resoluções e, principalmente, do mencionado Manual, há cinco principais áreas para os Estados definirem e aperfeiçoarem a política pública visando à realização dos DHAS:

1. Marcos legislativo, político-institucional e regulatório;
2. Estratégias de financiamento, orçamento e acompanhamento da execução;
3. Planejamento, prestação de serviços, recursos humanos e financeiros;
4. Monitoramento e avaliação;
5. Acesso à justiça caso haja violações.

O regime jurídico dos direitos humanos determina ademais a obrigação de que os governos criem mecanismos através dos quais as pessoas possam responsabilizar o Estado pela não execução de seus deveres, garantindo a participação na definição de

³ A Relatora Especial da ONU refere-se aos DHAS no plural, pois considera que devem ser tratados como dois direitos humanos distintos, com o mesmo estatuto, ambos incluídos no direito humano a um padrão de vida adequado.

⁴ O brasileiro, Professor Léo Heller, foi nomeado em novembro de 2014 como o novo relator da ONU para DHAS.

⁵ A missão da relatora no Brasil aconteceu de 09 a 19 de dezembro de 2013.

políticas públicas e acesso à informação. Estes e outros princípios dos Direitos Humanos, de acordo com Albuquerque (2014), correlacionam-se aos DHAS, assim formulados:

1. Não discriminação e igualdade: os Estados devem garantir que todas as pessoas usufruam dos seus direitos humanos, independentemente da sua posição na sociedade.

2. Acesso à informação e transparência: os Estados devem ser transparentes, provendo aos cidadãos o direito de acesso à informação.

3. Participação: os Estados devem propiciar a participação plena, livre e significativa nos processos de tomada de decisão.

4. Prestação de contas: os Estados devem definir mandatos institucionais, estabelecer responsabilidades e possibilitar o monitoramento sobre as decisões tomadas.

5. Sustentabilidade: água e saneamento devem ser fornecidos de forma que se respeite o meio ambiente e se garanta o equilíbrio das dimensões econômica, social e ambiental.

Ainda, com base nas orientações de Albuquerque (2014), os Estados têm a obrigação de universalizar o acesso à água e ao saneamento, priorizando os mais necessitados, englobando, também, as seguintes dimensões:

a) Disponibilidade: abastecimento de água suficiente e contínuo para uso pessoal, doméstico e também assegurados coleta, transporte, tratamento e disposição final (ou reuso) do esgoto.

b) A acessibilidade física: as estruturas de água e esgoto devem ser localizadas e construídas de maneira acessível, considerando as pessoas que enfrentam barreiras específicas, como crianças, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais. O acesso domiciliar é preferível, mas, no processo de realização progressiva, soluções intermediárias, como pontos de água usados comunitariamente, podem satisfazer as obrigações de direitos humanos em curto prazo.

c) Qualidade e segurança: a proteção à saúde depende da segurança da qualidade da água para o consumo humano e para a higiene pessoal e doméstica.

As instalações sanitárias devem impedir o contato humano, animal e de insetos com excrementos humanos.

d) Acessibilidade econômica: as pessoas devem ser capazes de pagar pelos serviços de água e saneamento, sem limitar a capacidade para adquirir outros bens e serviços básicos, incluindo alimentação, habitação, saúde e educação.

e) Aceitabilidade, dignidade, privacidade: a água e as instalações sanitárias devem cumprir as normas sociais ou culturais das pessoas a que se destinam. “Água deve ter odor, sabor e cor aceitáveis para atender a todos os usos pessoais e domésticos” (ALBUQUERQUE, 2014).

Os DHAS incluem, também, algumas exigências específicas (CESCR, 2002):

1. a realização de forma progressiva dos direitos, no limite máximo de recursos disponíveis;
2. as obrigações de respeitar, proteger e cumprir os direitos, sem qualquer tipo de discriminação;
3. as obrigações extraterritoriais.

Conforme Villar e Ribeiro (2012), “o principal foco do direito humano à água é exigir que os Estados aperfeiçoem sua capacidade institucional e gerencial, bem como ampliem a rede de abastecimento e saneamento de modo a atingir esse direito”.

Os aspectos abordados no Manual, e aqui elencados de forma resumida, representam desafios para os Estados no sentido de implementação das ações visando à garantia dos DHAS de forma progressiva.

Neste texto, avaliaremos se a atual Política Nacional de Saneamento, orientada pela União, está preparada para responder satisfatoriamente às demandas, levando-se em consideração as determinações e orientações da ONU quanto aos DHAS.

A Política de Saneamento no Brasil

Rezende e Heller (2008), ao analisarem a trajetória histórica do saneamento no Brasil, observam que a política de saneamento é fragmentada, desarticulada de outras políticas públicas e fortemente marcada por interesses econômicos, precariedade de serviços e investimentos concentrados nos grandes centros urbanos. Na avaliação dos autores,

[...] o processo de estruturação política do saneamento no Brasil sempre foi dependente da política econômica vigente, sendo que muito raramente se constituiu em um setor público específico, com abordagem plena, dada a crônica ausência de prioridade governamental e de integração entre as ações que o compõem. (REZENDE E HELLER, 2008,).

A partir da década de 1970, com o desenvolvimento industrial e a explosão do crescimento urbano, intensificaram-se as políticas de saneamento no País, que atingiram seu ápice durante o Plano Nacional de Saneamento (Planasa) (REZENDE E HELLER, 2008).

Em 1986, com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH) - agente financeiro do Planasa, e com o advento da Constituição Federal de 1988, o setor de saneamento passou por algumas mudanças e oscilações institucionais e na forma de atuação do governo federal sem, contudo, apresentar grandes avanços (REZENDE E HELLER, 2008). A Constituição de 1988 relaciona o saneamento como uma dentre as muitas competências partilhadas entre os três níveis de governo. Porém, o artigo 21, inciso XX, determina, como iniciativa exclusiva da União, „instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos” (BRASIL, 1988).

O artigo 30 da Constituição estabelece aos municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local, bem como a de organizar e prestar os serviços públicos de interesse local, „o que tem sido interpretado como incluindo as ações de saneamento e, logo, o reconhecimento da titularidade municipal” (HELLER, 2009).

A Carta Magna abordou, ainda, a relação entre o saneamento e a saúde pública, ao determinar, no art. 200, inciso IV, que o Sistema Único de Saúde participará da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico. Esse dispositivo foi ratificado pela Lei nº 8.080 de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), art. 15, inciso VII, que atribui à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a competência para participar da „formulação da política e da execução das ações de saneamento básico e colaboração na proteção e recuperação do meio ambiente” (BRASIL, 1990).

No início dos anos 2000, após duas décadas de extinção do Planasa, a política de saneamento passou por alguns avanços no País, especialmente a partir do debate de um novo marco regulatório para o setor, que culminou na promulgação da Lei nº 11.445, de 2007.

Recentes conquistas da Política de Saneamento Básico no Brasil

Com a aprovação da Lei nº 11.445 de 2007, regulamentada por meio do Decreto nº 7.217 de 2010, o setor de saneamento voltou a ter uma política legalmente instituída, cujo órgão coordenador é o Ministério das Cidades.

A Lei, dividida em duas partes, estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e também para a Política Federal de Saneamento Básico, a partir da definição de uma série de princípios fundamentais (art. 2º), dos quais destacam-se:

- universalização do acesso;
- integralidade, ou seja, o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico;
- adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- articulação com outras políticas públicas de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
- eficiência e sustentabilidade econômica;
- utilização de tecnologias apropriadas, que considerem a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- transparência das ações;
- controle social;
- segurança, qualidade e regularidade.

Em termos gerais, dentre as inovações da Política de Saneamento Básico, pode-se citar o planejamento integrado das ações; a promoção da integração e coordenação da atuação do governo federal; o fortalecimento das medidas estruturantes e de gestão; e o processo de monitoramento e avaliação.

Outro aspecto relevante, definido pela Lei nº 11.445 de 2007, refere-se à competência da União em elaborar o Plano Nacional de Saneamento Básico (art. 52). Coordenado sob a responsabilidade do Ministério das Cidades, o Plano contém os objetivos e as metas nacionais e regionais, de curto, médio e longo prazos, voltados para a universalização dos serviços de saneamento básico, assim como a proposta de programas, projetos e ações para o alcance dos objetivos e metas da política federal de saneamento básico, com identificação das respectivas fontes de financiamento (BRASIL, 2014).

Plansab, seus princípios e diretrizes

O Plansab resulta de um processo coordenado pelo Ministério das Cidades, realizado de 2008 a 2013, em três etapas, a saber:

- a) a formulação do Pacto pelo Saneamento Básico: mais saúde, qualidade de vida e cidadania, que marca o início do processo participativo de elaboração do Plano em 2008;
- b) a elaboração, em 2009 e 2010, de um amplo estudo, denominado Panorama do Saneamento Básico no Brasil⁶;
- c) a Consulta Pública, em 2012, que submeteu a versão preliminar do Plano à sociedade, de modo a promover vasta discussão com vistas à sua consolidação final (BRASIL, 2014).

Em meados de 2013, a proposta do plano foi apreciada e aprovada pelos Conselhos Nacionais de Saúde, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e das Cidades. No mesmo ano o Plansab foi aprovado por meio da Portaria Interministerial nº 571.

Fundamentado nas bases constitucionais e legais, especialmente no artigo 21 da Constituição e no art. 52 da Lei nº 11.445 de 2007, o Plano constitui-se em um instrumento de grande importância para a implementação da política federal de saneamento básico.

O Plansab prevê metas para um horizonte de 20 anos⁷ e assume uma abordagem de planejamento com ênfase em uma visão estratégica de futuro.

Os Princípios Fundamentais que orientaram a sua elaboração são:

- Universalização;
- Equidade;
- Integralidade;
- Intersetorialidade;
- Sustentabilidade ambiental, social, da governança e econômica;
- Participação e controle social;
- Matriz tecnológica.

Quanto às Diretrizes e Estratégias, são propostas 41 macrodiretrizes e 137 estratégias, organizadas em cinco grandes blocos temáticos: a) ações de coordenação, planejamento e articulações intersetoriais e interinstitucionais; b) prestação, regulação e

⁶ Desenvolvido pelas Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG), da Bahia (UFBA) e do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁷ Metas de curto, médio e longo prazos, respectivamente, para os anos de 2018, 2023 e 2033.

fiscalização de forma participativa; c) desenvolvimento tecnológico; d) investimento público, cobrança pelos serviços e medidas estruturantes; e) monitoramento e avaliação sistemática (BRASIL, 2014).

Análise dos marcos regulatórios da Política Federal de Saneamento Básico à luz das orientações da ONU sobre DHAS

Neste tópico, é apresentada uma análise dos marcos regulatórios da Política Federal de Saneamento Básico, tomando-se como referência as orientações da ONU na definição dos DHAS. A análise é feita a partir do Quadro 1 no qual foram relacionadas 20 categorias conceituais baseadas nos documentos da ONU, possibilitando a comparação de aspectos convergentes, complementares e divergências entre os documentos analisados.

Quadro 1 - Princípios e Diretrizes dos DHAS e da Política Federal de Saneamento Básico

	DIREITOS HUMANOS À ÁGUA E AO SANEAMENTO		POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO	
	Comentário Geral nº 15/CESCR (2002) Resoluções A/RES/64/292 e A/HRC/RES/15/9 (2010)	Manual “A realização dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento” (ONU - 2014)	Lei nº 11.445 de 2007 (Reg. Decreto 7.217/2010)	Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab (Brasil, 2013)
1	Não discriminação e igualdade Avanços progressivos no limite máximo dos recursos disponíveis e não retrocesso Prioridade no fornecimento de ajuda, distribuição e gestão de instalações de água aos grupos mais vulneráveis ou marginalizados da população.	Não discriminação e igualdade Realização progressiva e máximo de recursos disponíveis	Art. 2º Universalização do acesso Art. 48. ▪ Prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial; ▪ Garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa; ▪ Adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade (nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais). Art. 49. Proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental aos povos indígenas e outras populações tradicionais, com soluções compatíveis com suas características socioculturais	Universalização (igualdade) – ampliação progressiva do acesso Equidade (superação de diferenças evitáveis, desnecessárias e injustas) Diretrizes específicas para a população rural, com ênfase para áreas indígenas, reservas extrativistas da União e comunidades quilombolas.
2	Marcos legislativo, político-institucional e regulatório	Marcos legislativo, político-institucional e regulatório	Art. 9º Planos de saneamento básico Art. 48. Regulação dos serviços	- Papel da União na dinâmica federativa e da SNSA/MCidades, por meio do Plansab, como <i>lôcus</i> de coordenação setorial e de articulação institucional. - Superar e minimizar a pulverização e o conflito de competências entre diversas instituições governamentais.
3	Planejamento, prestação de serviços, recursos humanos e financeiros	Estabelecimento de normas e metas nacionais e locais e planos de ação; Atribuição de funções e responsabilidades para os diversos atores; Estabelecimento de padrões de serviços; Prestação dos serviços nas diversas situações (urbana/rural, assentamentos informais, emergências e desastres)	Art. 9º ▪ Elaborar os planos de saneamento básico; ▪ Adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água. Art. 19. Plano de Saneamento Básico abrangerá: Ações para emergências e contingências. Art. 23. Órgãos regulatórios: padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços.	- A regulação deve atender principalmente os objetivos: (I) modicidade tarifária, (II) eficiência e eficácia dos serviços, (III) padrões e normas para a prestação dos serviços. - Investimentos distribuídos em medidas estruturais (obras e intervenções físicas) e estruturantes (modernização de sistemas, suporte político e gerencial à sustentabilidade)
4	Estratégias de financiamento, orçamento e acompanhamento da execução	Estratégias de financiamento, orçamento e acompanhamento da execução	Art. 19. Plano de Saneamento Básico abrangerá: Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento. Art. 29. Geração dos recursos necessários para realização	- Apoiar e fomentar a elaboração dos planos municipais, estaduais e regionais de saneamento básico. - Assegurar recursos federais

	DIREITOS HUMANOS À ÁGUA E AO SANEAMENTO		POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO	
	Comentário Geral nº 15/CESCR (2002) Resoluções A/RES/64/292 e A/HRC/RES/15/9 (2010)	Manual “A realização dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento” (ONU - 2014)	Lei nº 11.445 de 2007 (Reg. Decreto 7.217/2010)	Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab (Brasil, 2013)
			dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço.	compatíveis com as metas definidas no Plansab. - Ampliar volume de investimentos federais e a participação financeira de agentes não federais, apoiando entes federados com maior dificuldade de acesso às linhas de investimento. - Estado deve passar por uma reestruturação administrativa, com introdução de novos métodos de gestão e capacitação de pessoal, incluída a criação de carreiras diferenciadas para setores da administração pública, compatíveis com as novas necessidades a serem enfrentadas.
5	Acesso à informação e transparência	Acesso à informação e transparência	Art. 2º Transparência das ações Art. 27. É assegurado aos usuários de serviços públicos de saneamento básico: - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados; - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos; - acesso a manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário; - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços. Art. 53. Institui o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA: Informações públicas e acessíveis a todos sobre a prestação dos serviços, estatísticas e indicadores.	Fomentar a transparência e acesso às informações, bem como à prestação de contas por parte dos prestadores de serviço, visando à qualificação da participação.
6	Direito à Participação	Direito à Participação	Art. 2º Controle social	Participação e controle social; Fomentar a criação de conselhos estaduais e municipais das cidades, incorporando a discussão da temática do saneamento básico.
7	Prestação de contas	Prestação de contas		
8	Monitoramento e avaliação Definição de indicadores e parâmetros - para auxiliar o processo de	Monitoramento sobre diversos aspectos: ▪ desigualdades sociais ▪ disponibilidade de água e saneamento	Art. 23. Órgãos regulatórios: monitoramento dos custos; avaliação da eficiência e eficácia dos serviços. Art. 53. <i>Idem item 5</i>	Constituir a Sala de Coordenação e Acompanhamento da Política de Saneamento Básico, sob direção do MCidades, com a participação dos

	DIREITOS HUMANOS À ÁGUA E AO SANEAMENTO		POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO	
	Comentário Geral nº 15/CESCR (2002) Resoluções A/RES/64/292 e A/HRC/RES/15/9 (2010)	Manual “A realização dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento” (ONU - 2014)	Lei nº 11.445 de 2007 (Reg. Decreto 7.217/2010)	Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab (Brasil, 2013)
	monitoramento Indicadores projetados para monitorar, em nível nacional e internacional.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ acessibilidade física ▪ qualidade da água e da prestação do esgotamento sanitário ▪ acessibilidade econômica ▪ aceitabilidade ▪ sustentabilidade 	Art. 5º Decreto 7.217/2010 O Ministério da Saúde definirá os parâmetros e padrões de potabilidade da água, bem como as responsabilidades relativas ao controle (prestador) e vigilância (SUS) da qualidade da água.	demais setores do Governo Federal envolvidos. Priorizar a implantação do SINISA e do sistema de avaliação e monitoramento dos cenários, das metas e dos demais indicadores de resultados e de impacto estabelecidos pelo Plansab. Valorizar a criação dos Sistemas Municipais de Informação em Saneamento Básico.
9	Sustentabilidade Acessibilidade econômica	Sustentabilidade Acessibilidade econômica	Art. 2º Eficiência e sustentabilidade econômica Art. 29. Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços. Art. 48. Aplicação dos recursos financeiros visando o desenvolvimento sustentável, a eficiência e a eficácia Art. 49. Alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação federativa.	Sustentabilidade ambiental, social, da governança, e econômica Gestão associada, Consórcios Públicos
10	Disponibilidade (quantidade mínima, suficiente e segura para usos domésticos) Acessibilidade física Qualidade	Disponibilidade Acessibilidade física Qualidade e segurança	Art. 2º Segurança, qualidade e regularidade Art. 9º Adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água.	Promover estudos sobre modelos para garantia do consumo mínimo de água, para atendimento essencial à saúde pública e ações correspondentes de vigilância da qualidade da água para consumo humano.
11	<i>Conceito não tratado</i>	Aceitabilidade Dignidade Privacidade Escolha de tecnologias apropriadas	Art. 2º <ul style="list-style-type: none"> ▪ Adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais. ▪ Utilização de tecnologias apropriadas. Art. 48. Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico e à adoção de tecnologias apropriadas	Matriz tecnológica Desenvolvimento científico e tecnológico visando avaliar, criar e consolidar soluções tecnológicas e apropriadas para a gestão dos serviços, considerando as especificidades regionais.
12	<i>Conceito não tratado</i>	<i>Conceito não tratado</i>	Art. 2º Integralidade	Fortalecer a prestação de serviços que promova a integração dos quatro componentes do saneamento básico.

	DIREITOS HUMANOS À ÁGUA E AO SANEAMENTO		POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO	
	Comentário Geral nº 15/CESCR (2002) Resoluções A/RES/64/292 e A/HRC/RES/15/9 (2010)	Manual “A realização dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento” (ONU - 2014)	Lei nº 11.445 de 2007 (Reg. Decreto 7.217/2010)	Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab (Brasil, 2013)
13	<i>Conceito não tratado</i>	<i>Conceito não tratado</i>	Art. 2º Articulação com as políticas para as quais o saneamento seja fator determinante	Intersetorialidade com as políticas de saúde, de desenvolvimento urbano e regional, habitação, proteção ambiental e recursos hídricos, entre outras
14	<i>Conceito não tratado</i>	<i>Conceito não tratado</i>	Art. 2º Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos Art. 48. Adoção da Bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento das ações	Adotar ações políticas concertadas entre gestão dos recursos hídricos e dos serviços de saneamento básico, com vistas à otimização dos usos múltiplos e integrados da água, à efetiva implementação do enquadramento dos corpos de água e à outorga de uso de recursos hídricos. Planos de saneamento deverão englobar a integralidade do território do município e ser compatíveis com o disposto nos planos de bacias hidrográficas.
15	<i>Conceito não tratado</i>	<i>Conceito não tratado</i>	Art. 2º Adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água Art. 29. Inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos	Promover a otimização e a racionalização do uso da água e de energia, por meio de programas de conservação, combate às perdas e desperdícios e minimização da geração de efluentes, com estímulo ao recolhimento de águas da chuva para usos domésticos.
16	Tomar medidas para prevenir, tratar e controlar as doenças ligadas à água, em particular, garantindo o acesso a saneamento adequado.	Tomar medidas para prevenir, tratar e controlar as doenças ligadas à água.	Art. 48. Indicadores epidemiológicos e de desenvolvimento social no planejamento, implementação e avaliação das ações.	Priorizar critérios sanitário, ambiental, epidemiológico e social na alocação de recursos federais para ações de saneamento básico.
17	Respeitar, proteger e realizar os DHAS	Respeitar, proteger e realizar os DHAS	<i>Conceito não tratado</i>	<i>Conceito não tratado</i>
18	Obrigações internacionais - reconhecer o papel essencial da cooperação e assistência internacional e tomar medidas separadas e conjuntas para alcançar a plena realização dos direitos à água e ao saneamento	Obrigações internacionais - reconhecer o papel essencial da cooperação e assistência internacional e tomar medidas separadas e conjuntas para alcançar a plena realização dos direitos à água e ao saneamento	<i>Conceito não tratado</i>	<i>Conceito não tratado</i>

	DIREITOS HUMANOS À ÁGUA E AO SANEAMENTO		POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO	
	Comentário Geral nº 15/CESCR (2002) Resoluções A/RES/64/292 e A/HRC/RES/15/9 (2010)	Manual “A realização dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento” (ONU - 2014)	Lei nº 11.445 de 2007 (Reg. Decreto 7.217/2010)	Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab (Brasil, 2013)
19	Acesso à justiça caso haja violações nas obrigações de respeitar, proteger e cumprir os DHAS. (atos de omissão e atos de comissão)	Judicialização – acesso à justiça caso haja violações nas obrigações de respeitar, proteger e cumprir os DHAS. Ultrapassar barreiras no acesso à justiça (informação, acessibilidade física e econômica,...)	<i>Conceito não tratado</i>	<i>Conceito não tratado</i>
20	Sob nenhuma circunstância um indivíduo pode ser privado do nível mínimo essencial de água.	Sob nenhuma circunstância um indivíduo pode ser privado do nível mínimo essencial de água.	Art. 9º <i>idem</i> item 10 Art. 40. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador na hipótese de inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado. § 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.	<i>Conceito não aprofundado.</i> A Lei nº 11.445 de 2007 não deixa claro quais seriam as condições mínimas, nem a garantia de fornecimento de volume de água ao usuário beneficiário de tarifa social. No entanto, estabelece a possibilidade de subsídios que se façam necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda, abrindo um leque de alternativas que dependem das características do beneficiário, inclusive seus diretos, e da origem dos recursos, inclusive fiscais decorrentes da alocação de recursos orçamentários.

Fonte: Elaboração do autor

Aspectos apresentados pelos documentos nacionais convergentes às orientações da ONU

Há vários aspectos de convergência dos princípios e diretrizes da Política Federal de Saneamento Básico com as orientações dadas pela ONU, especialmente quanto aos princípios de não discriminação e igualdade, à definição de marcos legislativo, político-institucional e regulatório, ao planejamento das ações, às estratégias de financiamento e ao acompanhamento da execução (itens 1 a 4 do QUADRO 1).

Todos esses aspectos foram observados tanto na Lei nº 11.445 de 2007 como no documento do Plansab, e este último já se apresenta como um dos resultados dos esforços do setor de saneamento em realizar seu planejamento em longo prazo, conforme exigência da própria Lei. Nesse sentido, o Plansab (BRASIL, 2014) aprofunda os conceitos na definição de diretrizes e estratégias para a execução da Política Federal de Saneamento Básico, apontando alguns caminhos:

- superar e minimizar a pulverização e o conflito de competências entre diversas instituições governamentais;
- reestruturar a administração, com introdução de novos métodos de gestão e capacitação de pessoal.

Uma inovação apresentada pelo Plansab é a abordagem dos investimentos distribuídos em „medidas estruturais“ (obras e intervenções físicas) e “estruturantes” (modernização de sistemas, suporte político e gerencial à sustentabilidade).

Quanto aos aspectos relacionados ao acesso à informação e transparência, direito de participação, prestação de contas e monitoramento e avaliação (itens 5 a 8 do Quadro 1), observa-se que tanto a Lei como o Plano os abordam, com destaque para a criação do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), que possibilitará a divulgação de informações públicas e acessíveis a todos sobre a prestação dos serviços, estatísticas e indicadores. Entretanto, o SINISA ainda não está totalmente implantado, o que limita a sua utilidade atualmente.

Os aspectos de sustentabilidade, acessibilidade econômica, disponibilidade, acessibilidade física, qualidade e segurança (itens 9 e 10 do Quadro 1) também foram contemplados tanto na Lei como no Plansab.

Finalmente, com relação aos aspectos relacionados no item 11 do Quadro 1, (aceitabilidade, dignidade, privacidade, tecnologias apropriadas) entende-se que, embora

não estejam totalmente explícitos nos documentos nacionais, podem ser considerados contemplados no âmbito do conceito de tecnologias apropriadas e na relevância que deve ser dada às peculiaridades locais e regionais.

Aspectos apresentados pelos documentos nacionais complementares às orientações da ONU

Os itens 12 e 13, do Quadro 1, relacionam aspectos apresentados pelos documentos nacionais que podem ser considerados complementares aos princípios e diretrizes da ONU:

- “integralidade”: princípio estabelecido como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico⁸, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados (BRASIL, 2007);
- intersectorialidade: princípio de articulação das políticas para as quais o saneamento seja fator determinante.

Também complementares, os itens 14 e 15 apresentam aspectos relacionados à gestão dos recursos hídricos, à adoção do conceito de bacias hidrográficas nos planejamentos e de medidas de moderação do consumo de água, que envolve combate às perdas e desperdícios.

O item 16 traz um aspecto que, embora seja tratado pela ONU, tem maior relevância na forma em que é tratado no documento brasileiro, uma vez que vincula questões relacionadas à saúde e ambiente na definição de indicadores e critérios para a alocação de recursos para as ações de saneamento básico.

Aspectos em que os documentos da ONU são mais abrangentes do que a proposta nacional

Da mesma forma, foram observados três aspectos apresentados pelos documentos da ONU complementares aos delineados na Política Federal de Saneamento - itens 17 ao 19 do Quadro 1:

⁸ Importante salientar que no Brasil, conforme art. 3º da Lei 11.445 de 2007, considera-se Saneamento Básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

- a obrigação de respeitar, proteger e realizar os DHAS: esses conceitos não estão explicitados nos documentos nacionais e, apesar dos avanços e esforços, também ainda não estão incorporados na atuação dos entes federados, responsáveis pela formulação e implementação da Política de Saneamento Básico no país.
- a obrigação de reconhecer o papel da cooperação e assistência internacional;
- a garantia de acesso à justiça caso haja violações dos Estados nas obrigações em respeitar, proteger e cumprir os DHAS.

Sobre esse último aspecto, observa-se que não há qualquer menção nos documentos nacionais analisados. Entretanto, o acesso à justiça é provido mediante garantia constitucional (CF/88, art. 5º, XXXV) e outras referências legislativas existentes no Brasil e que podem ser aplicadas às violações mencionadas.

Aspectos apresentados pelos documentos nacionais divergentes às orientações da ONU

A ONU estabelece que, sob nenhuma circunstância, um indivíduo pode ser privado do nível mínimo essencial de água. O item 20 do Quadro 1 é tratado na legislação brasileira ao regulamentar as condições da continuidade da prestação dos serviços e também no artigo 9º da Lei 11.445 de 2007: „adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água”.

Entretanto, o art. 40 da referida Lei afirma que os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador na hipótese de:

V - inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Conforme o Plansab (BRASIL, 2014), „o tema do volume mínimo a ser fornecido a famílias vivendo em situação de precariedade não foi tratado com a necessária profundidade” na Lei de Saneamento, pois não se esclarecem quais seriam as condições mínimas, nem a garantia de fornecimento de volume de água ao beneficiário de tarifa social.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de aperfeiçoamento da política desenvolvida, tanto para garantir a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, quanto para a prática da equidade e da justiça social na sua prestação. A discussão de um sistema de gestão inclusivo passa pela definição de mecanismos para controlar a lógica do mercado e promover a equidade. (BRASIL, 2014).

Considerações finais

Uma grande parcela da população brasileira ainda não possui acesso aos serviços de saneamento básico, principalmente os residentes nas periferias urbanas e nas áreas rurais do país. Dados do Plansab demonstram que,

[...] cerca de 40% da população brasileira – 77 milhões de habitantes – ainda carece de um abastecimento de água seguro e contínuo e que 60% – 114 milhões de pessoas – não dispõe de solução adequada para seu esgotamento sanitário, incluindo aquela parcela da população que tem seus esgotos coletados e lançados sem tratamento no ambiente. (HELLER, 2013).

Apesar da política federal de saneamento básico ser coordenada pelo Ministério das Cidades, vários ministérios atuam com ações e investimentos distintos, cada um com seus critérios de elegibilidade e priorização, o que interfere na coesão e direção da ação pública, dificultando a gestão e o acompanhamento e influenciando no atendimento dos objetivos da política (Brasil, 2014). Conforme destacado no Plansab,

[...] existe uma dispersão de competências quanto ao saneamento básico no âmbito do Governo Federal, associada a uma pulverização de programas e ações e, conseqüentemente, de esforços e recursos. [...] Há necessidade de uma maior articulação e fortalecimento da liderança do MCidades na condução da política pública de saneamento básico, conforme estabelece a Lei nº 11.445/2007, assim como é necessário fortalecer a coordenação dos programas e ações. (BRASIL, 2014).

É inegável que o reconhecimento dos DHAS traz consequências tanto para os Estados Parte como para a sociedade. Muito embora não garanta a efetivação dos direitos, reconhece-se sua importância no fortalecimento das políticas públicas de acesso à água e ao saneamento. Conforme Villar e Ribeiro (2012),

[...] seria ingênuo afirmar que o reconhecimento do direito à água como direito humano iria resolver o problema dos bilhões de pessoas que não tem acesso a esse recurso vital. A história já demonstrou que o fato de um direito estar explícito não garante o seu cumprimento, o grande desafio dos direitos humanos na atualidade está em sua efetivação.

A definição dos marcos regulatórios nacionais representa avanço no setor, porém há necessidade de políticas públicas capazes de realizar o que estabelece a Lei e, consequentemente, garantir os DHAS.

Para Marcos (2013), „os problemas relativos ao passivo do saneamento no Brasil, e que culmina num sistemático desrespeito a direitos humanos consagrados pela ONU, não se dão em primeira instância por omissão legislativa”.

Nesse sentido, consideramos que os documentos nacionais analisados neste trabalho incorporam satisfatoriamente uma visão de direitos humanos, com princípios e diretrizes convergentes em grande parte com os documentos da ONU.

Entretanto, destaca-se que, dentre as categorias analisadas, chamam a atenção aspectos em que os documentos da ONU são mais abrangentes do que os nacionais, especialmente quanto à obrigação de respeitar, proteger e realizar os DHAS. Tratam-se de conceitos inerentes aos direitos humanos, porém não incorporados na atuação dos entes federados, responsáveis pela formulação e implementação da Política de Saneamento Básico no país.

Um exemplo atual é o caso da crise hídrica que ocorre no Estado de São Paulo. Uma clara violação de direitos humanos, resultante da falta de planejamento, da gestão ineficiente dos recursos e de fatores políticos e sociais, que trouxeram à tona a fragilidade da relação federativa na condução da Política de Saneamento no Brasil e a falta de coordenação entre os órgãos responsáveis pelo setor.

De um lado, a ambígua relação entre União, estados e municípios pode oscilar entre a competição e a cooperação, entre a disputa por assumir a responsabilidade pelas ações ou delas se esquivar, dependendo da matéria em questão e dos interesses envolvidos. (HELLER, 2009)

É evidente que o tipo de federalismo aplicado no Brasil gera dificuldades para uma uniformidade de programas entre os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Marcos (2013) considera, no entanto, que o conflito de competências sempre foi campo fértil para justificar omissões e inércias dos governos. Conforme Brasil (2014), o equacionamento desta relação:

[...] dependerá da capacidade do País de tornar o Plansab um instrumento eficaz para orientar a atuação da União e, sobretudo, promover, por meio de mecanismos institucionais (incentivo e coerção), a observância das diretrizes nacionais pelos estados e municípios. Além disso, a participação dos governos estadual e do Governo Federal, no sentido de criar mecanismos para fomentar a cooperação entre entes federados, é fundamental.

É essencial, portanto, que se estabeleça a presença do Estado frente à necessidade de superação dos desafios da universalização, prevalecendo a visão do saneamento como direito, e não como parte do processo de acumulação capitalista (BRASIL, 2014).

O país avançou consideravelmente quanto aos marcos regulatórios essenciais à condução da política pública de saneamento. Entretanto, ainda precisa avançar em outros aspectos, como na definição de critérios e prioridades com vistas à redução das iniquidades sociais, na regulação dos serviços, no fortalecimento institucional e no diálogo com a sociedade.

Espera-se que o reconhecimento do acesso à água e ao saneamento como direitos humanos se concretize em mais avanços na constituição de um paradigma de políticas públicas consistentes, duradouras, articuladas e alinhadas em prol de tais direitos.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, C. de; ROAF, V. *On The Right Track: good practices in realizing the rights to water and sanitation*. Lisboa: Textype, 2012.

ALBUQUERQUE, C. de. *Realising the human rights to water and sanitation: a handbook*. Portugal: OHCHR, 2014. Disponível em: <http://www.righttowater.info/handbook/>. Acesso em: 28 set. 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988. Brasília: Senado Federal, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/legislação>. Acesso em: 28 set. 2014.

BRASIL. Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei n. 11.445 de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 22 jun. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/legislação>. Acesso em: 28 set. 2014].

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 28 set. 2014.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n. 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 28 set. 2014.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 571, de 05 de dezembro de 2013. Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 dez. 2013. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=06/12/2013&jornal=1&pagina=176&totalArquivos=264>. Acesso em: 30 out. 2014.

BRASIL. *Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab*. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2014. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/index.php/textos-do-plansab/texto-editado.html>. Acesso em: 30 out. 2014.

COMMITTEE ON ECONOMIC, SOCIAL AND CULTURAL RIGHTS – CESCR. General Comment n. 15. *The right to water* (Articles 11 and 12 of the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights). Genebra, 2002. Disponível em: <http://www1.umn.edu/humanrts/gencomm/escgencom15.htm>. Acesso em: 3 set. 2014.

GLEICK, P. The human right to water. *Water Policy*, Oakland, v.1, n.5, p. 487-503, 1999. Disponível em: http://www2.pacinst.org/wpcontent/uploads/2012/10/basic_water_needs_human_right_to_water.pdf. Acesso em: 10 ago. 2014.

HELLER, L. A ética do capitalismo e o saneamento no Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*, v. 6, n.7, 02 jul. 2013. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1462>. Acesso em: 10 ago. 2014.

HELLER, L. O papel da União na política de Saneamento Básico: entre o que se deve e o que se pode esperar. In: BRASIL. *Programa de Modernização do Setor Saneamento. Lei nacional de saneamento básico: perspectivas para as políticas e a gestão dos serviços públicos*. Brasília: PMSS/MCidades, 2009. 239 p. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/biblioteca>. Acesso em: 18 nov. 2014.

MARCOS, H. V. Direito humano ao saneamento: retórica ou realidade na sociedade brasileira? *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*. v. 2, n.7, p. 7311-7339, 2013. Disponível em: http://www.fd.ulisboa.pt/servicos/instituto-de-direito-brasileiro/uploaded/files/2013_07_07311_07339.pdf. Acesso em: 2 nov. 2014.

REZENDE, S. C. e HELLER, L. *O saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 387 p.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de e GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. São Leopoldo, v.1, n.1, p.1-15, jul. 2009. Disponível em:

http://www.fd.ulisboa.pt/servicos/instituto-de-direito-brasileiro/uploaded/files/2013_07_07311_07339.pdf. Acesso em: 2 nov. 2014.

UNITED NATIONS. General Assembly. *Resolution: The human right to water and sanitation* (A/RES/64/292), 2010. Disponível em:

<http://www.un.org/en/ga/64/resolutions.shtml>. Acesso em: 3 set. 2014.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. Human Rights Council (HRC). *Resolution: Human rights and access to safe drinking water and sanitation* (A/HRC/RES/15/9), 2010. Disponível em:

<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session15/Pages/ResDecStat.aspx>. Acesso em: 3 set. 2014.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. Human Rights Council (HRC). *Resolution: The human right to safe drinking water and sanitation* (A/HRC/RES/16/2), 2011. Disponível em: http://ap.ohchr.org/documents/alldocs.aspx?doc_id=18480. Acesso em: 3 set. 2014.

VILLAR, P. C. e RIBEIRO, W.C. A percepção do Direito Humano à Água na ordem internacional. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*. Curitiba, v. 11, n.11, p.358-380, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php>. Acesso em: 2 nov. 2014.

*Recebido para publicação em 19 de janeiro de 2015.
Admitido para publicação em 14 de abril de 2015.*